

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Heranças do sistema lusitano, forjado sob profunda influência do direito romano-canônico, o demasiado formalismo e a linguagem empolada do Poder Judiciário brasileiro começam a dar sinais de que podem rumar ao passado.

Em 2023, o Conselho Nacional de Justiça lançou o Pacto do Judiciário pela Linguagem Simples, que já conta com a adesão da maioria dos tribunais do país. Um dos esforços desse pacto é a criação de um modelo padrão para as ementas: o resumo do que foi decidido nas cortes deve preconizar uma estrutura objetiva que facilite a compreensão tanto da comunidade jurídica e das partes como da população em geral.

Difundir versões sintéticas, menos rebuscadas, é imperioso para que o cidadão comum tome conhecimento dos impactos de determinada decisão em seu cotidiano, além de servir de estímulo para que busque seus direitos.

O famigerado juridiquês não se resolve somente com mudanças de vocabulário. Especialistas reforçam a importância da padronização dos métodos nos tribunais (o que ainda não se vê), hierarquização e estruturação de frases e parágrafos e, sobretudo, organização visual que favoreça a absorção das informações.

Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Questão 1

Com base nas ideias do texto CG1A1-I, conclui-se que

- Ⓐ a adoção de uma linguagem simples no Poder Judiciário brasileiro deve facilitar a compreensão de suas decisões.
- Ⓑ o pacto pela simplificação da linguagem jurídica prioriza a padronização de frases e parágrafos das ementas jurídicas.
- Ⓒ o objetivo do Pacto do Judiciário pela Linguagem Simples é permitir o acesso do cidadão aos seus direitos.
- Ⓓ a herança portuguesa influenciou definitivamente o uso do “juridiquês” brasileiro, a ponto de torná-lo imune a mudanças.
- Ⓔ o emprego do “juridiquês” foi relegado ao passado nos tribunais brasileiros.

Questão 2

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos linguísticos do texto CG1A1-I.

- I Estariam mantidos os sentidos originais do primeiro parágrafo bem como as relações sintáticas estabelecidas entre os termos que o compõem caso se suprimisse o hífen da palavra “romano-canônico”.
- II No primeiro parágrafo, a expressão “Heranças do sistema lusitano” forma, juntamente com os termos “o demasiado formalismo” e “a linguagem empolada do Poder Judiciário brasileiro”, o sujeito composto da oração principal do período.
- III Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se suprimisse a vírgula empregada logo após “Em 2023” (início do segundo parágrafo).
- IV No primeiro período do último parágrafo, a substituição de “se resolve” por **resolve-se** manteria a correção gramatical do texto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas o item IV está certo.
- Ⓓ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I, II e III estão certos.

Questão 3

Considerando as relações de coesão estabelecidas no texto CG1A1-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em suas três ocorrências no segundo parágrafo, o elemento de coesão “que” integra orações adjetivas de sentido restritivo.
- Ⓑ No terceiro parágrafo, o sujeito gramatical que se identifica pela flexão do verbo na terceira pessoa do singular em “para que busque seus direitos” tem como referente “o cidadão comum”.
- Ⓒ No terceiro parágrafo, a locução “além de” está empregada com sentido conclusivo.
- Ⓓ No último período do texto, o comentário entre parênteses refere-se a “métodos nos tribunais”.
- Ⓔ A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “que” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse substituído por **onde**.

Questão 4

Assinale a opção correta no que se refere a aspectos gramaticais do texto CG1A1-I.

- Ⓐ No primeiro parágrafo, a supressão da vírgula empregada logo após o termo “lusitano” manteria a correção gramatical do texto, mas comprometeria a coerência de suas ideias.
- Ⓑ O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “a absorção das informações” (final do último período do texto), manteria a correção gramatical e o sentido original do texto, uma vez que é facultativo nesse caso.
- Ⓒ Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “é” (segundo período do segundo parágrafo) fosse substituída por **são**.
- Ⓓ No primeiro parágrafo, a oração “de que podem rumar ao passado” funciona sintaticamente como complemento do termo “sinais”.
- Ⓔ Não haveria prejuízo da correção gramatical nem da coerência das ideias do terceiro parágrafo caso o segmento “Difundir versões sintéticas” fosse reescrito como **A difusão de versões sintéticas**.

Questão 5

Assinale a opção correta em relação ao primeiro parágrafo do texto CG1A1-I.

- Ⓐ A supressão da preposição “de” no segmento “de que podem rumar ao passado”, embora não prejudicasse a correção gramatical do parágrafo, alteraria tanto as relações sintáticas estabelecidas originalmente no período quanto seus sentidos.
- Ⓑ O segmento “ao passado” exerce a função sintática de adjunto adverbial de tempo.
- Ⓒ O deslocamento da palavra “profunda” para imediatamente depois do termo “influência” prejudicaria os sentidos originais do texto.
- Ⓓ O termo “forjado” está empregado como advérbio, para expressar o modo como a influência do direito romano-canônico moldou o formalismo e a linguagem do Poder Judiciário brasileiro.
- Ⓔ Pela estruturação do segmento “o demasiado formalismo e a linguagem empolada do Poder Judiciário brasileiro”, conclui-se que o termo “demasiado”, precedido do artigo “o”, é um substantivo.

Texto CG1A1-II

Tese é uma solução a um problema — e implica um optar em face de outras alternativas descartadas. Tal optar parte da exigência de que a resposta seja “pertinente”, o que limita em boa medida toda arbitrariedade. Entretanto, é óbvio que isso ainda não basta. Por que, então, o filósofo se decide por uma e não por outra? É aqui que os argumentos desempenham um papel essencial.

Todavia, se por “argumentar” entendemos algo preciso, então ele consiste em uma inferência de valores de verdade. Uma vez aceita a definição anterior, segue-se que a ideia de “argumento” não esgota nem caracteriza suficientemente a racionalidade filosófica. Existem modos de “fundamentação” que não podem ser reduzidos a “argumentos” em sentido estrito. Um desses modos mencionados é a explicitação, a qual consiste em clarificar e precisar conceitos, teses, problemas e supostos de todos os tipos de gênero.

A fundamentação (e argumentação) da tese nem sempre tem caráter linear e facilmente reconstruível; às vezes ela assume formas muito refinadas. Em algumas ocasiões, entre os argumentos, encontra-se a derivação de consequências. Toda tese contém consequências e também elas têm de ser verdadeiras. Teses são rechaçadas muitas vezes não por si mesmas, mas por suas consequências; outras vezes são aceitas pelas consequências de sua eventual negação, porque se descartou toda outra alternativa, por exemplo.

Mario Ariel Gonzáles Porta. *A filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 36-38 (com adaptações).

Questão 6

Assinale a opção em que a afirmativa apresentada está de acordo com as ideias expressas no texto CG1A1-II.

- Ⓐ O ato de argumentar está necessariamente associado à qualidade de verdade da racionalidade filosófica.
- Ⓑ A aceitação de uma tese pode não estar relacionada às próprias consequências da tese.
- Ⓒ A escolha de uma tese a partir da exigência de uma resposta pertinente é considerada uma limitação conceitual.
- Ⓓ Os “modos de ‘fundamentação’” que se resumem aos argumentos, a exemplo da explicitação, podem clarificar e precisar conceitos e teses.
- Ⓔ A fundamentação da tese é de fácil reconstrução e possui como característica a explicitação de conceitos.

Questão 7

No texto CG1A1-II, o termo “estrito” (terceiro período do segundo parágrafo) tem o mesmo significado de

- Ⓐ relativo.
- Ⓑ incerto.
- Ⓒ integral.
- Ⓓ amplo.
- Ⓔ específico.

Questão 8

Seriam preservadas as relações de coesão e coerência estabelecidas no texto CG1A1-II, bem como sua correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após

- Ⓐ ‘argumentar’ (primeiro período do segundo parágrafo).
- Ⓑ “às vezes” (primeiro período do último parágrafo).
- Ⓒ “linear” (primeiro período do último parágrafo).
- Ⓓ “aqui” (último período do primeiro parágrafo).
- Ⓔ “optar” (segundo período do primeiro parágrafo).

Questão 9

Considerando aspectos gramaticais e coesivos do texto CG1A1-II, assinale a opção correta.

- Ⓐ No primeiro período do segundo parágrafo, o pronome “ele” retoma, por coesão, todo o segmento “se por ‘argumentar’ entendemos algo preciso”.
- Ⓑ O vocábulo “Todavia” (início do segundo parágrafo) poderia ser substituído, mantendo-se os sentidos e a coesão do período, por **Embora**.
- Ⓒ A correção gramatical do texto seria mantida se a forma verbal “Existem” (terceiro período do segundo parágrafo) fosse flexionada na terceira pessoa do singular, já que o sujeito da oração está posposto.
- Ⓓ Pelos sentidos e pelo paralelismo sintático do último período do texto, conclui-se que o segmento “pelas consequências de sua eventual negação” exerce a função de agente da passiva.
- Ⓔ No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “então” introduz oração de sentido conclusivo.

Questão 10

Assinale a opção em que a proposta de reescrita do último período do texto CG1A1-II mantém a coerência de suas ideias e a correção gramatical.

- Ⓐ Teses são rebatidas muitas vezes não por si mesmas, mas pelas consequências, outras vezes aceitas pelas consequências de sua eventual negação, uma vez descartando toda alternativa, por exemplo.
- Ⓑ Teses são negadas algumas vezes não por si mesmas, mas por suas consequências; outras vezes aceitas pelas consequências de sua eventual negação, pois se descartou todas as demais alternativas, por exemplo.
- Ⓒ Teses são rejeitadas frequentemente não por si mesmas, mas sim por suas consequências, que, outras vezes, são aceitas pelas consequências de sua eventual negação, visto que se descartou quaisquer alternativas, por exemplo.
- Ⓓ Teses são repelidas muitas vezes não por si só, mas por suas consequências, outras vezes aceitas pelas consequências de uma eventual negação, porque se descartou toda outra alternativa, por exemplo.
- Ⓔ Teses são contestadas muitas vezes não por si mesmas, mas por suas consequências, e outras vezes são aceitas pelas consequências de sua eventual negação, porque se desprezou toda outra alternativa, por exemplo.

Questão 11

Julgue os itens a seguir, relativos às ideias do texto CG1A1-II.

- I A última oração do texto expressa o efeito decorrente da aceitação de uma tese eventualmente negada.
- II O tema tratado no texto está relacionado à ideia de tese, cuja definição é apresentada no primeiro período do texto.
- III No texto, é abordada a importância dos argumentos e da fundamentação da tese.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 12

Da leitura do texto CG1A1-II conclui-se que o trecho “a qual consiste em clarificar e precisar conceitos, teses, problemas e supostos de todos os tipos de gênero” (último período do segundo parágrafo) corresponde a uma

- Ⓐ tese.
- Ⓑ explicação.
- Ⓒ inferência de valores de verdade.
- Ⓓ argumentação.
- Ⓔ fundamentação seguida de argumentação.

Questão 13

Acerca do controle da administração pública e do controle externo no Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal de 1988 autoriza a criação de tribunais de contas municipais mediante alteração na lei orgânica do respectivo município.
- Ⓑ É constitucional norma estadual que atribui aos órgãos de controle interno o dever de atuar por determinação do tribunal de contas.
- Ⓒ A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente o cabimento de recurso ao Tribunal de Contas da União (TCU) contra decisões proferidas pelos tribunais de contas dos estados (TCEs).
- Ⓓ O controle exercido pela administração direta sobre a indireta é denominado controle hierárquico.
- Ⓔ Quanto ao momento de sua realização, o controle da administração pública pode ser prévio, concomitante ou posterior.

Questão 14

Assinale a opção correta, considerando as relações entre os tribunais de contas e o Poder Legislativo no âmbito do controle da administração pública.

- Ⓐ A fiscalização orçamentária consiste na análise dos registros contábeis da administração pública, com o objetivo de verificar sua correção.
- Ⓑ A fiscalização operacional não constitui instrumento adequado para o controle das políticas públicas.
- Ⓒ O sistema de controle interno realiza, em cooperação e harmonia com o controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública.
- Ⓓ A Constituição Federal de 1988 não permite que lei estadual de iniciativa de parlamentar altere a destinação dos recursos provenientes de multas aplicadas pelo tribunal de contas.
- Ⓔ A competência dos TCEs de negar registro de admissão de pessoal se subordina à revisão pelo Poder Legislativo do respectivo estado.

Questão 15

Em relação à natureza jurídica dos tribunais de contas no Brasil e à forma de investidura, às garantias e às prerrogativas de seus membros, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para ser nomeado ministro do TCU, o agente público deve ter mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade.
- Ⓑ Os ministros do TCU são equiparados aos ministros do STJ e, por isso, são considerados integrantes do Poder Judiciário.
- Ⓒ Os ministros do TCU podem exercer atividade político-partidária, desde que não estejam no exercício da presidência do órgão.
- Ⓓ No estado do Mato Grosso do Sul, cabe ao governador escolher dois conselheiros do TCE/MS, enquanto os demais cinco são escolhidos pela Assembleia Legislativa.
- Ⓔ Apenas os ministros do TCU indicados pelo presidente da República submetem-se à aprovação do Senado Federal.

Questão 16

De acordo com a Lei Orgânica do TCE/MS, são instrumentos de fiscalização que podem ser utilizados pelo tribunal

- Ⓐ a inspeção, a auditoria, a correição e o levantamento.
- Ⓑ a auditoria, o monitoramento, o acompanhamento e o levantamento.
- Ⓒ a inspeção, o acompanhamento, o levantamento e a correição.
- Ⓓ a auditoria, a inspeção, o monitoramento e o acompanhamento.
- Ⓔ a auditoria, a inspeção, o levantamento e o acompanhamento.

Questão 17

Conforme a Lei Orgânica do TCE/MS, a inspeção é utilizada pelo tribunal para

- Ⓐ levantar dados preliminares em entidades jurisdicionadas.
- Ⓑ verificar o cumprimento das deliberações do tribunal e os resultados delas advindos.
- Ⓒ examinar e avaliar atos de gestão ao longo de um período predeterminado.
- Ⓓ suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações.
- Ⓔ examinar exclusivamente a legalidade da despesa pública já realizada.

Questão 18

A respeito das contas de governo e da sua apreciação pelo TCE/MS, assinale a opção correta.

- Ⓐ O parecer prévio emitido sobre as contas do governador ou de prefeito tem natureza decisória.
- Ⓑ A competência para apreciação das contas de governo no TCE/MS é exclusiva do tribunal pleno.
- Ⓒ Não cabe pedido de reapreciação de parecer prévio sobre as contas do governador.
- Ⓓ Prestam contas de governo apenas o governador do estado e o prefeito da capital do estado.
- Ⓔ As contas de governo demonstram o grau de endividamento e o respeito, ou não, aos limites legais mínimos e máximos de despesas com saúde, educação e pessoal.

Questão 19

Com base nas disposições da Lei Orgânica do TCE/MS acerca dos recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Contra acórdão de câmara, cabe recurso ordinário, no prazo de trinta dias.
- Ⓑ Contra qualquer ato decisório, cabem embargos de declaração, no prazo de dez dias.
- Ⓒ Contra despachos, cabe agravo de instrumento, no prazo de quinze dias.
- Ⓓ Contra decisão singular interlocutória, cabe agravo interno, no prazo de quinze dias.
- Ⓔ Contra decisão singular final, cabe agravo de instrumento, no prazo de quinze dias.

Questão 20

De acordo com o Código de Ética dos Servidores do TCE/MS, assinale a opção correta em relação às competências do presidente da Comissão de Ética.

- Ⓐ Cabe ao presidente da Comissão de Ética decidir os casos de urgência, sem necessidade de submeter a decisão ao colegiado.
- Ⓑ Os trabalhos da Comissão de Ética são conduzidos pelo seu presidente apenas em caso de ausência do membro titular.
- Ⓒ É atribuição do presidente da Comissão de Ética aplicar sanções administrativas em casos de infração ética.
- Ⓓ As reuniões da Comissão de Ética são conduzidas pelo membro mais antigo, cabendo ao presidente apenas elaborar a pauta.
- Ⓔ A principal função do presidente da Comissão de Ética é orientar e aconselhar os agentes públicos sobre a conduta ética funcional e profissional.

Espaço livre